



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025**

**COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Prezados acionistas,  
A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

**Mensagem da Administração**

Encerramos 2025 com satisfação em apresentar resultados robustos em um ano marcado por intensa dinâmica competitiva e importantes avanços estratégicos. A TIM manteve sua trajetória de crescimento sustentável, cumprindo integralmente suas metas anuais e reforçando sua posição de liderança no mercado brasileiro de telecomunicações.

Nossa receita de serviços continuou a avançar de forma consistente ao longo do ano, sustentada pelo bom desempenho dos segmentos móvel, banda larga e B2B. A evolução operacional, combinada a uma disciplina rigorosa de custos e alocação eficiente de capital, resultou em margens históricas e em um ciclo contínuo de geração de valor para nossos acionistas.

A Companhia encerrou 2025 entregando:

- Crescimento sólido da receita de serviços, em linha com o guidance, impulsionado por uma base de clientes qualificada e estratégias de monetização sustentáveis.
- EBITDA em expansão, com margem acima de 50%, refletindo eficiência operacional e digitalização contínua de processos.
- Disciplina de investimentos, preservando capex eficiente e direcionado às oportunidades mais relevantes, incluindo a ampliação da cobertura e capacidade da rede 5G.
- Avanço expressivo na geração de Fluxo de Caixa Operacional, apoiando a manutenção de níveis saudáveis de alavancagem.
- Um dos mais elevados patamares históricos de lucro líquido, reforçando a consistência da performance financeira.

Mantivemos também forte compromisso com remuneração ao acionista, com juros sobre capital próprio, dividendos e programa de recompra acelerado, em linha com nossa estratégia de retorno sustentável de capital.

Além disso, seguimos fortalecendo nosso posicionamento competitivo por meio de melhorias na experiência do cliente, evolução contínua da rede e expansão de parcerias estratégicas, incluindo iniciativas relevantes no segmento B2B e em soluções digitais, como projetos de conectividade avançada em grandes operações corporativas.

Com os resultados no caminho certo e tendo cumprido integralmente as metas de 2025, a TIM entra em 2026 preparada para avançar em sua jornada de crescimento.

**Negócios**

**Móveis**

Em 2025, a operação móvel manteve seu fortalecimento, impulsionada pela estratégia de monetização da base por meio da migração para planos de maior valor. Como resultado, a companhia registrou crescimento de 8,4% na base pós-paga e aumento de 4,7% no ARPU Pós-pago ex-M2M ao longo do ano.

Esse desempenho reflete o foco da empresa em reforçar seus principais atributos. Em 2025, aceleramos a expansão nacional do 5G, alcançando quase 1.000 cidades em todo o Brasil, além de avançarmos na modernização da rede em São Paulo e Minas. Com isso, a TIM foi reconhecida pelo quarto ano consecutivo como líder em Qualidade Consistente no Relatório de Experiência da Rede Móvel da OpenSignal.

A companhia também segue se destacando pela excelência no atendimento: permanecemos como a primeira empresa do Brasil a conquistar e manter o Selo de Eficiência do Procon-SP por 30 meses consecutivos, sendo a única a preservar essa certificação. Além disso, mantemos o selo RA1000 do Reclame Aqui, com índice de resolubilidade de 91,2%, reforçando nosso compromisso com o cliente.

**Ultrafibra**

A TIM UltraFibra encerrou 2025 com 850 mil conexões, aumentando a base clientes em 60 mil acessos (um aumento de 7,6% ano a ano), reestabelecendo sua trajetória de crescimento, com a base FTTH como principal alavanca. Planos de maior valor, com velocidade de 400 Mbps ou mais, continuam ganhando mais relevância, alcançando 90% da base total em 31 de dezembro de 2025.

**Corporativo**

No corporativo, continuamos trabalhando para aumentar nossa participação de mercado B2B, por meio da melhoria do portfólio de mobile tradicional e TIC, além do lançamento de novas soluções. A expansão do mercado B2B impulsionará uma onda de produtividade em indústrias-chave no Brasil. Ao capitalizar a expansão da conectividade IoT como base, buscamos aproveitar uma variedade de serviços e soluções. Estabelecendo parcerias estratégicas com líderes em quatro setores essenciais – agricultura, logística, utilidades e indústria – nosso objetivo é liderar e catalisar a transformação digital na indústria brasileira. Nosso compromisso está em promover a inovação e a eficiência em setores vitais para o progresso econômico do país.

Fortalecemos nossa posição como força líder na transformação digital de áreas rurais, rodovias e cidades brasileiras, expandindo a conectividade para regiões anteriormente carentes e possibilitando ganhos significativos em produtividade, eficiência e impacto social. No agronegócio, a cobertura do NBIoT cresceu mais de 25%, enquanto a cobertura 4G para IoT rural atingiu 26,2 milhões de hectares, avançando mais de 32% e reforçando nosso papel na automação e inteligência operacional em todo o setor. Na logística, ampliamos a cobertura para 10.259 quilômetros de rodovias – um aumento de 83% – permitindo soluções avançadas de rastreamento, telemetria e segurança. Do ponto de vista socioambiental, conectamos 2,6 milhões de pessoas em áreas rurais, expandimos o serviço para mais de 53.000 fazendas e registramos um aumento de 38,7% na iluminação pública inteligente, totalizando 472.000 pontos instalados, demonstrando como nossa infraestrutura IoT acelera o desenvolvimento em regiões historicamente pouco atendidas.

**Prêmios e Conquistas**

- Reconhecida para S&P por uma década de compromisso internacional com índices ESG: Contribuição ativa e score S&P Global ESG 81;
- Pelo 3º ano consecutivo, a TIM é líder climática da "A List" pelo CDP;
- Única Telecom nos índices ESG da B3: relatórios transparentes de gestão climática e sustentabilidade integrada ao negócio, permanecendo há 17 anos na carteira ISE B3

**Ambiente Macroeconômico**

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador no Brasil, embora com sinais de moderação em relação às pressões observadas em 2024. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou dezembro de 2025 com variação mensal de 0,33%, acumulando alta de 4,26% nos últimos 12 meses. A desaceleração inflacionária decorreu principalmente da normalização parcial de preços de alimentos e de commodities, embora alguns grupos, especialmente serviços, tenham mantido variações acima da média devido à demanda ainda aquecida em parte do ano.

O Banco Central do Brasil (BCB) manteve uma postura restritiva durante grande parte de 2025, mantendo a taxa básica de juros (SELIC) elevada em 15% ao ano, nível mais alto em quase duas décadas. Ao final do ano, essa taxa permaneceu estável, com indicações de que cortes poderiam começar ao longo de 2026, caso os dados realinham-se às metas de inflação.

O câmbio apresentou oscilações relevantes no câmbio. Diferentemente da forte desvalorização registrada em 2024, o ano de 2025 foi marcado por apreciação do real frente ao dólar, com o câmbio fechando o ano em R\$5,50. Ao longo de 2025, a cotação variou entre máximas acima de R\$ 6,30 no início do ano e mínimas próximas a R\$ 5,27 em novembro.

**Desempenho Financeiro**

**Receita Operacional**

DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Receita Líquida	26.825	25.448	4,6%
Receita de Serviços	25.856	24.587	5,2%
Serviço Móvel	24.519	23.256	5,4%
Gerado pelo Cliente	22.961	21.605	6,3%
Interconexão	345	349	-1,0%
Plataforma de Clientes	129	219	-41,2%
Outras Receitas	1.084	1.083	0,0%
Serviço Fixo	1.337	1.331	0,4%
dos quais TIM UltraFibra	910	921	-1,2%
Receita de Produtos	769	860	-10,6%

Em 2025, a Receita Líquida Total e a Receita de Serviços apresentaram alta de 4,6% A/A e 5,2% A/A, respectivamente, impulsionadas pelo desempenho sólido da receita de Serviços Móveis em 2025, superando a inflação de 2025 (IPCA 2025: 4,26%).

**Custos e Despesas Operacionais**

DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Custos Reportados da Operação	(13.995)	(12.833)	2,0%
• Pessoal	(1.484)	(1.486)	-0,2%
• Comercialização	(3.781)	(3.899)	-3,0%
• Rede e Interconexão	(4.926)	(4.508)	9,3%
• Gerais e Administrativos	(864)	(883)	-2,2%
• Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(1.062)	(1.104)	-3,8%
• Provisão para Devedores Duvidosos	(766)	(693)	10,5%
• Outras receitas (despesas) operacionais	(212)	(259)	-18,0%

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 13.095 milhões em 2025, permanecendo consideravelmente abaixo da inflação registrada no ano (4,26%). O resultado reforça mais uma vez a eficácia das ações realizadas pela Companhia para maior eficiência e controle do Opex.

**Do EBITDA ao Lucro Líquido**

DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
<i>(R\$ milhões)</i>			
EBITDA Ajustado	13.530	12.625	7,2%
• Margem EBITDA Ajustado	50,8%	49,6%	1,2p.p.
• Equivalência Patrimonial	(1.09)	(83)	30,6%
• Receitas/Despesas Não Recorrentes	(10)	(10)	n.a.
EBITDA	13.422	12.533	7,1%
Depreciação e Amortização	(7.078)	(7.026)	0,7%
• Depreciação	(5.115)	(5.109)	0,1%
• Amortização	(1.962)	(1.917)	2,4%
EBIT	6.344	5.507	14,2%
• Margem EBIT	23,8%	21,8%	2,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(1.784)	(1.884)	-5,3%
• Despesas financeiras	(3.350)	(2.817)	18,9%
• Variações cambiais, líquidas	(64)	71	n.a.
• Receitas financeiras	4.669	3.622	25,9%
• Lucro antes dos impostos	4.569	3.622	25,9%
• Imposto de Renda e Cont. Social	(249)	(469)	-47,1%
Lucro Líquido	4.312	3.154	36,7%

\*Todos os números financeiros são normalizados para itens não recorrentes para melhor representar a dinâmica dos negócios.

**EBITDA Ajustado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)**

O EBITDA Ajustado ao final de 2025 totalizou R\$ 13.530 milhões, um crescimento de 7,2% A/A, refletindo a combinação de uma consistente evolução na receita de serviços aliada a uma gestão disciplinada de controle dos custos operacionais. A Margem EBITDA Ajustada encerrou 2025 em 50,8%, aumentando em 1,2 p.p. o resultado obtido em 2024.

DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Lucro Líquido	4.312	3.154	36,7%
Depreciação & Amortização	7.078	7.026	0,7%
Resultado Financeiro Líquido	1.784	1.884	-5,3%
Imposto de renda e cont. social	248	469	-47,1%
EBITDA	13.422	12.533	7,1%
Equivalência Patrimonial	108	83	30,6%
Receitas / Despesas não recorrentes	-	10	n.a.
EBITDA Ajustado	13.530	12.625	7,2%

**Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT**

Em 2025, o D&A registrou leve alta de 0,7% A/A, em razão do aumento da depreciação de equipamentos de transmissão e da maior amortização de softwares.

O EBIT fechou 2025 com um total de R\$ 6.344 milhões, aumentando em 15,2% na comparação com o fechamento de 2024, com uma margem de 23,8%.

**Dívida e Caixa**

**Perfil da Dívida**

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<i>R\$ milhões</i>						
Debêntures	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	06/28	685	1.364	2.049
BNDES Fimame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	274	330
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	215	400
Dívida Financeira Total				926	1.853	2.779
• Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	69	902	971
Dívida Total Antes do Lease				994	2.755	3.750
• Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (13,38% a.a.)*	10/29	1.669	11.862	13.531
Dívida Total				2.663	14.617	17.280

\*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

**Dívida Líquida**

DESCRIÇÃO	4T25	3T25	2T25	1T25
<i>R\$ milhões</i>				
Dívida de Curto Prazo	926	955	951	339
Dívida de Longo Prazo	1.853	1.900	1.955	2.669
Dívida Financeira Total	2.779	2.855	2.906	3.008
• Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.885)	(6.529)	(5.474)	(5.327)
• Derivativos Líquidos-ex C6	(283)	(195)	(214)	(152)
Dívida Financeira Líquida	(3.389)	(3.868)	(2.781)	(2.471)
• Licença (5G)	971	1.015	989	966
Dívida Líquida AL	(2.418)	(2.853)	(1.792)	(1.505)
• Lease Total	13.531	13.264	13.075	12.555
Dívida Líquida Total	11.112	10.411	11.283	11.050
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	-0,23x	-0,28x	-0,18x	-0,15x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	0,82x	0,79x	0,87x	0,86x

\*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

**Divida Por Vencimento**

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 e 16
<i>R\$ milhões</i>		
2027	990	2.576
2028	838	2.561
2029	124	1.672
2030	124	1.273
Após 2030	678	6.535
Dívida Total	2.755	14.617

A Dívida Total pós-hedge (incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 283 milhões) totalizou R\$ 16.997 milhões ao final de dezembro de 2025, um incremento de R\$ 791 milhões vs. 4T24. A elevação da dívida resulta da combinação entre o aumento dos leases e a redução parcial da dívida financeira total.

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 5.885 milhões ao final de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,4% A/A, decorrente da geração de caixa operacional no período.

**Ambiental, Social e Governança (ASG ou ESG)**

A TIM apresenta uma sólida trajetória em ESG, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por suas práticas em sustentabilidade, governança e responsabilidade social. Em 2025, a TIM foi a única empresa do setor de telecomunicações a ser reconhecida pela B3 durante a COP30, em Belém, por integrar simultaneamente os três principais índices ESG do mercado brasileiro: ISE, ICO2 e IDIVERSA. A homenagem destacou o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e reforçou a importância da agenda ESG como pilar fundamental para o negócio.

Além disso, a Companhia demonstra forte atuação ambiental, reportando emissões ao CDP desde 2010 e pelo terceiro ano consecutivo, integra a A-List do CDP Climate Change, mantendo sua liderança na gestão das mudanças climáticas. Para dar transparência às suas práticas e ações, a TIM publica desde 2007 relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI e conta com asseguração independente desde 2009.

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a Companhia desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis. Também mantém para livre consulta dos seus stakeholders suas políticas em temas como Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras. Em sua matriz de materialidade atualizada em 2024, a TIM destaca nove temas essenciais, que incluem inovação e tecnologia, inclusão digital, privacidade e segurança de dados, eficiência energética e ética e compliance, reforçando sua estratégia orientada à dupla materialidade e ao engajamento de stakeholders.

Para mais informações sobre a gestão de aspectos ESG na TIM, consulte os Relatórios ESG em <https://ri.tim.com.br/esp/relatorios-esp/>.

**Governança Corporativa**

A Companhia adota um sistema de governança corporativa alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, compatível com sua condição de companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 e registrada perante a U.S. Securities and Exchange Commission – SEC.

A estrutura de governança tem como finalidade assegurar a adequada supervisão da gestão, a integridade e a transparência do processo de elaboração das demonstrações financeiras, a efetividade dos controles internos e a gestão responsável dos riscos corporativos, sustentando a criação de valor no longo prazo.

Agovernança é exercida por um Conselho de Administração, uma Diretoria Estatutária e um Conselho Fiscal de funcionamento permanente. No exercício de suas atribuições, o Conselho de Administração é assessorado por comitês especializados, a saber: o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Environmental, Social & Governance, responsáveis por apoiar o órgão em matérias relevantes e no aprimoramento do processo decisório. Os deveres e responsabilidades e prerrogativas desses órgãos estão previstos na legislação societária brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado e nos Regimentos Internos de cada órgão social.

A atuação da Companhia e de seus administradores é pautada pelos princípios de transparência, integridade, ética e responsabilidade corporativa, os quais norteiam a condução dos negócios, o relacionamento com partes interessadas e a divulgação de informações confiáveis e tempestivas ao mercado, em observância às diretrizes do Código de Ética e Conduta da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2025, o CDA era formado por 10 (dez) membros, dos quais 4 (quatro) independentes, atendendo aos requisitos do Novo Mercado e contribuindo para decisões colegiadas com julgamento técnico e imparcial.

A Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, admitida a reeleição e podendo ser destituídos a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria era composta por 6 (seis) membros.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, com respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos profissionais independentes e reconhecidos pelo mercado.

**Resultado Financeiro Líquido**

Em 2025, o Resultado Financeiro teve melhora de 5,3% A/A, impactada por um maior rendimento das aplicações financeiras, sustentado por uma posição de caixa mais robusta e pela alta da taxa básica de juros nos últimos 12 meses, somado ao efeito favorável da marcação a mercado dos contratos de derivativos e acrescido pela valorização do Fundo 5G, ainda que parcialmente limitado pelo impacto adverso do aumento dos encargos de juros sobre arrendamentos e pelo término da parceria estratégica em serviços financeiros.

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2025, o IR/CS somou (R\$ 248) milhões comparado a (R\$ 469) milhões em 2024, influenciado também pelo maior volume de Juros Sobre Capital Próprio declarados em 2025, pelo incremento de benefícios fiscais e pelo efeito do acordo de encerramento da parceria estratégica em serviços financeiros.

**Lucro Líquido**

O Lucro Líquido totalizou R\$ 4.312 milhões no ano de 2025, ante R\$ 3.154 milhões no ano de 2024. Este resultado representou uma expansão de 36,7% A/A.

**Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX**

DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Posição de Caixa Inicial	3.259	3.078	5,9%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.440	12.332	9,0%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(3.561)	(4.954)	-28,1%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.528)	(7.197)	32,4%
Posição de Caixa Final	3.610	3.259	10,8%

Em 2025, o FCOL somou R\$ 5.349 milhões, um robusto crescimento de 16% A/A, impulsionado por uma alta de 15,7% A/A do fluxo de caixa operacional e uma redução no pagamento de leases.

**Remuneração ao Acionista**

**Dividendos e JSCP**

A tabela abaixo resume todos os valores aprovados, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP") realizados pela TIM S.A. ao longo de 2025:

Data de Aprovação	Data de Pagamento	Data Ex-Direito	Natureza	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
10/02/2025	22/04/2025	18/02/2025	JSCP	0,	



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
<b>Ativo</b>		56.939.179	56.327.311	<b>56.939.179</b>
<b>Circulante</b>		13.464.205	12.662.929	<b>13.464.205</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.610.324	3.258.743	
Títulos e valores mobiliários	5	2.274.316	2.434.441	
Contas a receber de clientes	6	4.901.777	4.677.935	
Estoques	7	357.204	293.529	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	68.769	111.376	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	1.138.888	946.103	
Despesas antecipadas	10	329.362	280.851	
Instrumentos financeiros derivativos	36	452.203	379.888	
Arrendamentos	17	34.098	33.717	
Outros ativos	13	297.264	246.346	
<b>Não Circulante</b>		43.474.974	43.664.382	<b>43.474.974</b>
Títulos e valores mobiliários	5	4.450.514	4.625.808	
Contas a receber de clientes	6	137.306	137.815	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	258.415	214.880	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	911.704	907.353	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	1.355.604	1.081.633	
Depósitos judiciais	11	677.150	677.530	
Despesas antecipadas	10	340.247	281.290	
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	522.822	
Arrendamentos	17	200.148	206.670	
Outros ativos financeiros	12	514.109	550.669	
Outros ativos	13	29.492	29.905	
Investimento	14	1.260.486	1.368.286	
Imobilizado	15	23.171.451	22.815.328	
Intangível	16	14.592.523	14.854.960	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	13.477.891	373.020	1.521.086	6.285.419	2.050.000	2.702.955	(2.284)	(3.451)	-	26.404.636
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(676)	-	4.311.984	4.311.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(676)	-	4.311.984	4.311.984
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(676)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(676)	-	4.311.984	4.311.984
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo	-	16.998	-	-	-	-	-	3.167	-	16.998
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	-	-	(3.167)	-	-	-	-	-	-
Frações de ações prescritas (nota 25.b)	-	23.997	-	-	-	-	-	-	23.997	23.997
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações (nota 25.e)	-	-	-	-	-	-	-	(748.268)	-	(748.268)
CANCELAMENTO DE AÇÕES EM TESOURARIA (nota 25.e)	-	-	-	(644.234)	-	-	-	-	644.234	-
Transferência de ações - plano de incentivo a longo prazo (nota 25.e)	-	(25.779)	-	-	-	-	-	-	25.779	-
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	(490.000)	-	-	-	-	(490.000)	(490.000)
Dividendos	-	-	-	(410.808)	-	-	-	-	(410.808)	(410.808)
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal (nota 25.d)	-	-	193.492	-	-	-	-	-	(193.492)	-
Dividendos (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.379.192)	(1.379.192)
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.720.000)	(1.720.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	-	440.088	-	-	(440.088)	-
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos (nota 25.d)	-	-	-	(2.050.000)	-	-	-	-	(2.050.000)	(2.050.000)
Distribuição (constituição) da reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	2.629.212	(2.050.000)	-	-	-	(579.212)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	18.720	-	-	-	-	-	18.720
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	15.216	193.492	(950.277)	(2.050.000)	440.088	-	(75.088)	(4.311.984)	(6.738.553)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	13.477.891	388.236	1.714.578	5.335.142	2.050.000	2.702.955	(2.284)	(3.451)	-	26.404.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	13.477.891	384.311	1.380.427	7.107.369	1.310.000	2.362.239	(3.313)	(2.984)	-	26.015.940
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.153.881	3.153.881
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.153.881	3.153.881
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	1.029	1.029
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.153.881	3.153.881
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo	-	22.354	-	-	-	-	-	-	-	22.354
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	10.892	-	(10.892)	-	-	-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	(45.004)	-	(45.004)
Transferência de ações - plano de incentivo a longo prazo	-	(44.537)	-	-	-	-	-	44.537	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal (nota 25.d)	-	-	140.659	-	-	-	-	-	(140.659)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.450.000)	(1.450.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	-	340.716	-	-	(340.716)	-
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos (nota 25.d)	-	-	-	(3.360.000)	2.050.000	-	-	-	-	(1.310.000)
Distribuição (constituição) da reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	2.532.506	(1.310.000)	-	-	-	(1.222.506)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	16.436	-	-	-	-	-	16.436
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(11.291)	140.659	(821.950)	740.000	340.716	-	(467)	(3.153.881)	(2.766.214)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	13.477.891	373.020	1.521.086	6.285.419	2.050.000	2.702.955	(2.284)	(3.451)	-	26.404.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 67,48% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2025 (66,59% em 31 de dezembro de 2024). A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – "ADRs"), nível I, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – E.U.A. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês. Em 31 de dezembro de 2025, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) na companhia I-Systems (coligada).

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC07 - Evidenciando na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

**a. Critérios gerais de elaboração e divulgação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atreladas a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

**c. Informações por segmentos**

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo. O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Combinação de negócios e aquisições  
Combinções de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia opta por mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio dividido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado a parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**e) Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2026.

**f) Novas normas, alterações e interpretações de normas**

**f.1. As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025.**

**IAS 21 (CPC 02 (R2)) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a natureza dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciarem em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

**f.2. As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.**

**IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício ("DRE"), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Anorma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, as entidades são obrigadas a fazer alterações feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança decorrente da adoção do IFRS 18 é a apresentação de receitas e despesas classificadas em cinco categorias: operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	27	26.624.721	25.447.930
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(12.266.584)	(11.893.115)
Lucro bruto		14.358.137	13.554.815
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	28	(5.959.682)	(5.908.816)
Atos e administrativos	28	(1.734.484)	(1.736.005)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(107.800)	(82.526)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(212.139)	(258.781)
		(8.014.105)	(8.048.128)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		6.344.032	5.506.687
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	30	1.629.877	861.759
Despesas financeiras	31	(3.250.234)	(2.817.346)
Variações cambiais, líquidas	32	(63.664)	71.363
		(1.784.021)	(1.884.224)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.560.011	3.622.463
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(248.027)	(468.582)

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.  
 • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).  
 As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.  
**Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária**  
 Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária.  
 Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias.

As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.  
 A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.  
**Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, mudanças ou melhorias destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).  
 Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.  
 Não são esperados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência destas alterações.

▶ **3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**  
 As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.  
 Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas de provisão para passivos representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.  
 (a) **Provisão para processos judiciais e administrativos tributários**  
 Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).  
 (b) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**  
 Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).  
 (c) **Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenue"**  
 Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês, há uma diferença entre as receitas já auferidas pela Companhia e as receitas faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).  
 (d) **Arrendamentos**  
 A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.  
 A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

▶ **4. Caixa e equivalentes de caixa**  
 Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.  
 A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2025	2024
Caixa e bancos	85.873	61.177
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB	3.524.451	3.177.566
	3.610.324	3.258.743

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.  
 A remuneração média das aplicações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente aos CDBs é de 100,49% a.a. (101,09% em 31 de dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

▶ **5. Títulos e valores mobiliários**  
 São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	2025	2024
FUNCI (i)	26.339	15.241
Fundo Soberano (ii)	1.518	2.404
FIC (iii)		
Títulos Públicos (a)	1.609.536	1.716.706
CDB (b)	3.583	18.897
Letra Financeira (c)	343.824	394.343
Outros (d)	315.855	302.091
	2.300.655	2.449.882
Parcela circulante	(2.274.316)	(2.434.441)
Parcela não circulante	26.339	15.241

Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica nacional, bem como de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 0,17% a.a. (1,47% a.a. em 31 de dezembro de 2024).  
 (ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,30% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,20% a.a. em 31 de dezembro de 2024).  
 (iii) A Companhia investe em FICs exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos FICs foi de 101,99% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (105,14% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.  
 (b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).  
 (c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.  
 (d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

▶ **6. Contas a receber de clientes**  
 São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. Os dados a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled").  
 As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").  
 A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.  
 O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo. A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Contas a receber de clientes	5.039.083	4.815.750
Contas a receber bruta	5.741.906	5.488.318
Serviços faturados	2.695.504	2.481.786
Serviços a faturar ("unbilled")	1.418.994	1.302.906
Uso de rede	997.297	992.414
Venda de mercadorias	603.882	684.858
Ativo contratual (nota 22)	25.898	24.027
Outras contas a receber	331	328
Constituição por crédito de liquidação esperada	(702.823)	(670.589)
Parcela circulante	(4.901.777)	(4.677.935)
Parcela não circulante	137.306	137.815

Em função da parceria financeira, existente entre TIM e Banco C6 S.A. entre 2020 e fevereiro de 2025, havia saldos de contas a receber pela TIM relativos a taxas de ativação de clientes C6. O Acordo firmado entre a TIM e o Banco C6, em 11 de fevereiro de 2025, teve por objetivo encerrar a parceria e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. Após a aprovação da CIMA (Autoridade Monetária das Ilhas Cayman) em março de 2025, as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM (nota 36) tiveram sua baixa contábil integralmente realizada e passaram a compor o saldo de contas a receber da Companhia (R\$520 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$520 milhões foi integralmente recebido, liquidando o acordo. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	670.589	629.739
Constituição de provisão	785.783	693.122
Baixas de Provisão	(733.529)	(652.292)
Saldo Final	702.823	670.569

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2025	2024
Total	5.741.906	5.488.319
A vencer	4.239.134	3.971.182
Vencidos até 30 dias	139.462	123.187
Vencidos até 60 dias	127.781	149.653
Vencidos até 90 dias	121.913	105.426
Vencidos a mais de 120 dias	684.962	818.039

▶ **7. Estoques**  
 Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2025	2024
Total Estoques	357.204	283.529
Estoques	316.768	310.554
Aparelhos celulares e tablets	269.596	187.866
Acessórios e cartões pré-pagos	88.601	98.868
TIM chips	18.571	23.320
Perdas para ajuste ao valor de realização	(19.564)	(16.525)

▶ **8. Imposto de renda e contribuição social**  
**8.a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	327.184	326.256
Imposto de renda	256.914	200.802
Contribuição social	70.270	125.454
Parcela circulante	(68.769)	(111.376)
Parcela não circulante	258.415	214.880

Em 2021, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC em processos de repetição de indébito, a TIM registrou IRPJ e CSLL a recuperar baseado em sua melhor estimativa, naquela data, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 31 de dezembro de 2025, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 133 milhões.

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e a Companhia obteve habilitação para dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Em função disso, realizou a reclassificação de R\$ 156 milhões para o imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo R\$ 114 milhões e R\$ 42 milhões de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, respectivamente.

Nos exercícios de 2023 e 2024, a Companhia utilizou, respectivamente, R\$ 151 milhões e R\$ 231 milhões em créditos para compensação de tributos federais. Em 2025, foi realizada a compensação de R\$ 115 milhões desses créditos.

Em 2025, a Companhia reconheceu créditos de IRPJ no montante de R\$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R\$ 14 milhões compensado até 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R\$ 224 milhões, a qual foi integralmente compensado neste exercício.

A Companhia possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 207 milhões em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, no montante de R\$ 31 milhões, com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

▶ **8.b. Imposto de renda e contribuição social a recolher**  
 Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.  
 A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	181.497	46.610
Imposto de renda	76.518	-
Contribuição social	104.979	46.610
Parcela circulante	(162.102)	(46.610)
Parcela não circulante	19.395	-

▶ **8.c. Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se aliquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas aliquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia. Os saldos de imposto de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as aliquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contábeis registrados são os seguintes:

	2025	2024
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	12.132
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	515.324	536.550
Provisão para perdas de crédito esperadas	236.537	257.645
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.553.124	1.230.521
Instrumentos financeiros derivativos	(118.847)	(274.140)
Juros capitalizados – ACS e SG	(248.622)	(248.622)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	826.882	730.015
Depreciação acelerada (iii)	(1.035.883)	(990.374)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	132.507	269.172
Agio amortizado – Cozani	(544.596)	(388.245)
Outros ativos	273.245	287.234
Outros passivos	(81.890)	(92.779)
	1.355.604	1.081.633
	9.597.619	9.323.269
	(2.242.015)	(2.241.636)

Parcela imposto ativo diferido  
 Parcela imposto passivo diferido  
 (i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.  
 (ii) Representa a adição de novos contratos de leasing. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente.  
 (iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. excludi das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de intercorrência da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 330 do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 002/2019.  
 (iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fibra Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).  
 (v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022, que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo.

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.  
 A Companhia utilizou créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais no montante de R\$ 68 milhões no período de janeiro até dezembro de 2025, em razão da recomposição desses créditos após êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024).

▶ **8.d. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social correntes	(668.716)	(426.340)
Imposto de renda do exercício	(301.414)	(200.274)
Contribuição social do exercício	442.136	333.359
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	(528.034)	(293.251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	197.982	(159.994)
Contribuição social diferida	75.641	(115.337)
	273.623	(175.331)
	6.384	-
	(248.007)	(175.331)
	(241.623)	(468.582)

Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.560.011	3.622.463
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.550.404)	(1.231.637)
Adições:		
Resultado de equivalência patrimonial	(36.652)	(28.059)
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	70.518	12.848
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(25.500)	(60.670)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	442.136	333.359
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	751.400	493.000
Outros valores	1.302.377	763.055

Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício  
 Alíquota efetiva  
 Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderão ser utilizadas para absolver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

▶ **9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar**

	2025	2024
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.050.592	1.853.456
ICMS (i)	1.255.059	1.235.119
PIS / COFINS (ii)	556.036	330.019
IRRF sobre aplicações financeiras	30.019	93.008
IS recuperável (iii)	109.314	109.314
Outros	100.164	85.996
Parcela circulante	(1.138.888)	(946.103)
Parcela não circulante	911.704	907.353

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:  
 (a) pelo créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviços de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).  
 (b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.  
 (ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.  
 (iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia e ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

▶ **10. Despesas antecipadas**

	2025	2024
Despesas Antecipadas	669.609	562.141
Propagandas não veiculadas (i)	11.814	20.331
Aluguéis e seguros	89.791	83.603
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	215.250	188.269
Despesas antecipadas contratuais (iii)	324.561	251.181
Outros	28.193	18.757
Parcela circulante	(329.362)	(280.851)
Parcela não circulante	340.247	281.290

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.  
 (ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.  
 (iii) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Equipamentos de comutação/transmissão	9.860.267	(2.639.864)	(6.022)	3.020.234	10.234.615
Cabos de fibra ótica	141.784	(80.165)	-	5.221	86.840
Aparelhos em comodato	321.740	(205.556)	(4.605)	187.877	299.456
Infraestrutura	2.411.738	(350.734)	(1.653)	206.335	2.265.866
Bens de informática	87.964	(36.981)	(108)	7.377	58.252
Bens de uso geral	248.773	(49.736)	(709)	45.421	243.749
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	741.114	(451.666)	-	8.948.060
Terenos	35.568	-	(504)	-	34.884
Outras em andamento	642.349	3.470.893	(131)	(3.472.465)	640.586

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos. Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguel de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS 16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo.

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas e Quiosques e imóveis	Terenos (Rede)	Fibra	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.587.122</b>	<b>1.166.143</b>	<b>2.002.527</b>	<b>1.192.268</b>	<b>8.948.060</b>
Adições (i)	1.251.461	352.877	334.802	790.199	2.709.339
Remensuração	(95.642)	(3.406)	(31.433)	(15.981)	(146.461)
Depreciação	(745.508)	(177.378)	(294.224)	(470.035)	(1.687.146)

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas e Quiosques e imóveis	Terenos (Rede)	Fibra	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.677.149</b>	<b>833.391</b>	<b>2.351.170</b>	<b>796.365</b>	<b>8.658.075</b>
Adições (i)	879.180	514.188	227.158	886.074	2.506.600
Remensuração	(223.341)	(22.824)	(205.501)	-	(451.666)
Depreciação	(745.866)	(158.612)	(370.837)	(490.171)	(1.765.486)

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 108 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 89 milhões em 31 de dezembro de 2024).

\* Taxas de depreciação

	6,67 a 20	10 a 20	14,28 a 50	20	8 a 12
Equipamentos de comutação/transmissão					
Cabos de fibra ótica					
Aparelhos em comodato					
Infraestrutura					
Bens de informática					
Bens de uso geral					
Direito de uso em arrendamentos					

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

► **16. Intangível**

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Desse modo, a Companhia aplica a norma CPC 22, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

	Saldo em 2024	Adições/Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
<b>Total Custo do Intangível Bruto</b>	<b>47.460.121</b>	<b>1.706.746</b>	<b>(1.132)</b>	<b>-</b>	<b>49.165.735</b>
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1.132)	1.575.776	25.633.032
Autorizações	18.903.457	44.327	-	35.340	18.983.124
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	3.336	586.691
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(32.605.161)</b>	<b>(1.969.183)</b>	<b>1.132</b>	<b>-</b>	<b>(34.573.212)</b>
Direito de uso de softwares	(21.722.395)	(993.061)	1.132	-	(22.704.314)
Autorizações	(10.272.479)	(899.414)	-	-	(11.171.893)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(11.996)	-	-	(120.266)
Lista de clientes	(88.219)	(33.082)	-	-	(121.301)
Outros ativos	(413.808)	(41.630)	-	-	(455.438)
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>14.854.960</b>	<b>(262.437)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.592.523</b>
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(993.061)	-	1.575.776	2.918.718
Autorizações (f)	8.630.478	(855.087)	-	35.340	7.811.231
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(11.996)	-	7.544	99.981
Lista de clientes	165.410	(33.082)	-	-	132.328
Outros ativos	169.547	(41.630)	-	3.336	131.253
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843
<b>Total Custo do Intangível Bruto</b>	<b>46.313.583</b>	<b>1.146.747</b>	<b>(209)</b>	<b>-</b>	<b>47.460.121</b>
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	(54)	890.596	24.058.388
Autorizações	18.794.239	63.915	-	45.303	18.903.457
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	5.114	212.703
Lista de clientes	253.629.00	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	9.110	583.355
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(30.688.542)</b>	<b>(1.916.873)</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>(32.605.161)</b>
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(936.731)	54	-	(21.722.395)
Autorizações	(9.377.907)	(894.572)	-	-	(10.272.479)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(11.996)	-	-	(108.270)
Lista de clientes	(55.137)	(33.082)	-	-	(88.219)
Outros ativos	(373.202)	(41.192)	-	-	(413.808)
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>15.625.041</b>	<b>(769.926)</b>	<b>(155)</b>	<b>-</b>	<b>14.854.960</b>
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(936.731)	-	890.596	2.336.003
Autorizações (f)	9.416.332	(830.657)	-	45.303	8.630.978
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(11.996)	-	5.114	104.433
Lista de clientes	198.492.00	(33.082)	-	-	165.410
Outros ativos	201.629	(41.192)	-	9.110	169.547
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento. (d) Ágios registrados.

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	2025	2024
Ágios registrados	3.112.169	3.112.169
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	108.172	108.172
Aquisição da "Intelig" pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Dentre os ativos identificados no processo de continuação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim a controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UI/Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Portanto, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropolo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do closing da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., restando R\$108.172 do ágio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

(a) **Intelig** – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado por fundamento pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

(b) **Ágio aquisições de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste** – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

**Teste de impairment**

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de impairment para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de impairment está resumizada a seguir: A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de impairment dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o teste de impairment foi realizado comparando o valor contábil (carrying amount) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o carrying amount da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos do Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao carrying amount, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de impairment.

(e) **Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas** A Companhia assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06 / IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) **Autorizações** Licença 4G Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no âmbito de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz ZRQ, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2024).

(g) **Arrendamentos** No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contém) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	2025	2024
LT Amazonas (i)	170.080	174.014
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)	64.166	66.373
Parcela circulante	234.246	240.387
Parcela não circulante	(33.098)	(33.717)
A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.	200.148	206.670

	2025	2024
Valores nominais	259.990	30.078
Subtotal	93.754	26.876
2026	34.032	21.399
2027	34.032	17.173
2028	34.032	11.049
2029	34.032	3.308
2030	34.032	3.308
2031 em diante	89.998	274
Valor presente	170.080	64.166

(i) LT Amazonas (j) Parcela circulante Parcela não circulante A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	2025	2024
LT Amazonas	259.990	30.078
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16	93.754	26.876
Total	353.744	56.954

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e a Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) **Subleasing Lojas - IFRS16** A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivos dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas e Quiosques e Imóveis".

Os valores de receita de subleasing da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 69.508 (R\$ 62.109 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
LT Amazonas (i)	322.409	324.152
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.630.795	1.606.644
Outros (iii)	108.588	124.451
Subtotal	2.061.792	2.055.247

Outros arrendamentos: (iv) Arrendamentos – Infraestrutura de Rede Arrendamentos - Lojas e Quiosques e Imóveis Arrendamentos - Terrenos (Rede) Arrendamentos – Fibra Subtotal arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)

Parcela circulante Parcela não circulante O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 1.360.929 (R\$ 1.175.350 em 31 de dezembro de 2024).

**▶ 20. Empréstimos e financiamentos**

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2025	2024
KFW Finnvera <sup>(i)</sup> (ii)	USD	SOFR + 1,17826% a.a.	Dez/25	-	32.820
Debêntures (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	2.049.182	1.956.307
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	329.566	385.592
BNB <sup>(i)</sup> (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	399.975	585.129
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	-	75.653
Total				2.778.723	3.035.501
Circulante				(925.626)	(348.353)
Não circulante				1.853.097	2.687.148

(i) Prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.  
 \* As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.  
 \* O financiamento junto ao KFW Finnvera foi completamente quitado em dezembro de 2025.

**Garantias**  
 (i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;  
 (ii) Não possuem garantia.  
 Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Divida financeira total sobre EBITDA e (4) Divida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Divida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.  
 Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 vencerão em longo prazo obedecendo ao seguinte escalonamento:

	Valor nominal
2027	921.423
2028	769.658
2029	55.548
2030	50.920
2031	1.853.097

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2026	925.626
2027	921.423
2028	769.658
2029	55.548
2030	50.920
2031	2.778.723

**Valor justo dos empréstimos**

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	2025	2024
Debêntures	2.062.508	1.976.088
BNDES	330.551	386.743
BNB	400.926	586.525

**▶ 21. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

**Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.888.769	3.926.854
Impostos e Taxas ANATEL (i)	328.376	279.776
Imposto sobre Serviço - ISS	4.347.216	3.389.167
PIS / COFINS	62.174	72.274
Outros (ii)	54.430	51.294
Parcela circulante	96.563	134.343
Parcela não circulante	(4.855.551)	(3.888.568)
Total	33.208	38.286

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condeneic e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condeneic, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do FISTEL (TFF), que permanece em aberto até decisão final.  
 Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referente a CFRP e Condeneic anualmente, com os pagamentos de TFF suam base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região. Em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.320 milhões, sendo R\$ 3.188 milhões de principal e R\$ 1.131 milhões de juros moratórios (em R\$ 31 de dezembro de 2024, o total era de R\$3.377 milhões, sendo R\$ 2.650 milhões de principal e R\$727 milhões de juros moratórios).  
 (ii) A composição desta conta refere-se principalmente ao IRRF sobre JSCP aprovados em dezembro de 2025, no montante de R\$ 62 milhões (R\$96 milhões em dezembro de 2024).

**▶ 22. Receitas diferidas**

	2025	2024
Receitas diferidas	765.711	839.867
Serviços a prestar pré-pago (i)	130.783	172.824
Receitas antecipadas	31.058	35.510
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	518.445	572.540
Passivo contratual (iii)	85.425	88.993
Parcela circulante	(259.527)	(200.422)
Parcela não circulante	506.184	559.445

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.  
 (ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).  
 (iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.  
 Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentados abaixo:

	2025	2024
Ativo contratual (nota 6)	25.898	24.027
Passivo contratual	(85.425)	(88.993)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.  
 Resumo das principais variações no exercício:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(34.966)
Adições	465.726
Baixas	(53.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.792
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(59.527)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2026	2027
Ativo (passivo) contratual	(43.214)	(16.313)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

**▶ 23. Provisão para processos judiciais e administrativos**

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2025	2024
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.559.687	1.584.293
Cível e regulatória (a)	465.726	595.611
Trabalhista (b)	196.916	209.098
Tributária (c)	896.045	759.584

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	Adições, líquidas	Atualização	2025
Cível e regulatória (a)	1.564.293	267.041	(362.163)
Trabalhista (b)	595.611	109.286	(174.923)
Tributária (c)	759.584	89.200	(66.812)

	Adições, líquidas	Atualização	2024
Cível e regulatória (a)	1.410.299	276.811	(318.796)
Trabalhista (b)	531.161	110.874	(129.555)
Tributária (c)	212.929	74.430	(114.624)

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão resumidos os principais processos:

**a. Processos cíveis e regulatórios**  
 a.1 Ações movidas por consumidores  
 A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 133,178 (R\$ 148,429 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.  
 a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor  
 A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 119.954 (R\$321.156 em 31 de dezembro de 2024).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a TIM apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que 1ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e enviou as decisões anteriores do TJDF. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 1ª Vara Cível de Curitiba/PR e aguarda determinação de manifestação das partes acerca do seu prosseguimento.

**a.3 Ex-Parceiros comerciais**  
 A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 41.146 (R\$ 51.519 em 31 de dezembro de 2024).

**a.4 Outros**  
 A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 50.496 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024).  
**a.5 Sociocombiental e infraestrutura**  
 A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R\$ 47.564 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

**a.6 ANATEL**  
 A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC. Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 74.388 (R\$ 51.914 em 31 de dezembro de 2024).

**b.1 Processos trabalhistas**  
 São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.347 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (1.545 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadoras de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 161,133 atualizado monetariamente (R\$ 184.343 em 31 de dezembro de 2024).

**b.2 Previdenciária**  
 A Companhia é parte de 27 ações em 31 de dezembro de 2025 (24 em 31 de dezembro de 2024) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R\$ 35.783 (R\$ 24.755 em 31 de dezembro de 2024).

**c. Processos tributários**

	2025	2024
Tributos Federais	377.027	321.404
Tributos Estaduais	436.204	357.011
Tributos Municipais	11.861	10.216
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	70.953	70.953
Total	896.045	759.584

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujo valores indicados está estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

**Tributos Federais**  
 A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:  
 (i) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visava a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas. No primeiro semestre de 2025, foi obtida decisão favorável à Companhia no valor de R\$ 22.184, enquanto o valor remanescente R\$ 25.945 foi quitado pela Companhia (R\$ 47.232 em 31 de dezembro de 2024).  
 (ii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 19.313 (R\$ 18.142 em 31 de dezembro de 2024).  
 Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Deducida), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 72/005 da ANATEL, no valor de R\$ 75.769 (R\$ 71.450 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação fiscal decorrentes de uma reparação realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 71.815 (R\$ 65.772 em 31 de dezembro de 2024).  
 (iv) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 22.398 (R\$ 21.137 em 31 de dezembro de 2024).  
 (v) A Companhia constituiu provisão para um processo com vistas à exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Melboume), em razão de, supostamente, ter deixado de efetuar o pagamento da contribuição da remessa ao exterior para remuneração das operadoras referente ao tráfego sainte. Em 31 de dezembro de 2025 o valor provisionado e atualizado é de R\$ 81.113, com mudança de prognóstico de perda de provável no segundo trimestre de 2025.

**Tributos Estaduais**  
 A provisão para a TIM S.A. suporta cento e cinquenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:  
 (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 56.412 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2024);  
 (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 107.350 (R\$ 100.133 em 31 de dezembro de 2024);  
 (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.393 (R\$ 50.192 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal;

(iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 36.075 (R\$ 48.751 em 31 de dezembro de 2024); A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal.  
 (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 118.327 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2024);  
 (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.181 ( R \$ 15.005 em 31 de dezembro de 2024).  
 (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 9.214 (R\$ 23.416 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal;

(viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.009 (R\$ 5.299 em 31 de dezembro de 2024).

**Tributos Municipais**  
 Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.  
**PPAT TIM S.A**  
 Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2024).  
**d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis**  
 A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	2025	2024
Cível e regulatória (d.1)	26.222.566	24.528.074
Trabalhista e previdenciária (d.2)	1.708.568	1.911.281
Tributária (d.3)	474.376	378.286
Outros (d.4)	24.450.028	22.239.407

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.  
 As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:  
**d.1. Cíveis e regulatórias**  
 Ações movidas por consumidores (d.1.1)  
 ANATEL (d.1.2)  
 Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)  
 Ex-parceiros comerciais (d.1.4)  
 Sociocombiental e infraestrutura (d.1.5)  
 Outros (d.1.6)

	2025	2024
Cível e regulatória (d.1)	26.222.566	24.528.074
Trabalhista e previdenciária (d.2)	1.708.568	1.911.281
Tributária (d.3)	474.376	378.286
Outros (d.4)	24.450.028	22.239.407

**d.1.1 Ações movidas por consumidores**  
 Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatização indevida.  
**d.1.2 ANATEL**  
 A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.  
 Em 31 de dezembro de 2025, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 249.379 (R\$ 313.115 em 31 de dezembro de 2024).  
 Em 18 de junho de 2025, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Adjustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.  
 Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas "Qualidade", "Ampliação de Acesso", "Direitos e Garantias dos Usuários" e "Fiscalização". Além disso, contemplava o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas.  
 Em junho de 2024, encorrou-se a vigência do TAC TIM, no entanto, em virtude do evento climático adverso que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, para 19 municípios situados naquele Estado foi estendido o prazo de atendimento, neste particular, até 30 de setembro de 2024, cujo novo Termo Aditivo ao TAC foi formalizado entre as partes, tendo o cumprimento deste último prazo pactuado com a Agência snt atestado em 25/06/2025

**d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor**  
 A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.  
**d.1.4 Ex-Parceiros comerciais**  
 A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

**d.1.5 Sociocombiental e infraestrutura**  
 A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (ii) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (iii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.  
**d.1.6 Outros**  
 A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

**d.2. Trabalhista e Previdenciária**  
 A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 67.492 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024).  
**d.2.2. Trabalhistas**  
 Há 2.142 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (2.018 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 406.884 (R\$ 267.860 em 31 de dezembro de 2024). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômicos Decas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holco (ex-acionista controladora da Intelig atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A.), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

**d.3. Tributárias**

	2025	2024
Tributos Federais (d.3.1)	24.450.028	22.239.407
Tributos Estaduais (d.3.2)		



**d. Dividendos**  
Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado. Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.311.984	3.153.881
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(440.088)	(340.716)
(-) Constituição da reserva legal	(193.492)	(140.659)
Lucro líquido ajustado	3.678.404	2.672.506
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	919.601	668.127
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:		
Juros sobre capital próprio	1.720.000	1.450.000
Dividendos	1.379.192	-
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	3.099.192	1.450.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(327.576)	(213.574)
Total de dividendos e JSCP líquidos	2.771.616	1.236.426
Distribuição com base nas reservas de lucro:		
JSCP propostos e distribuídos	490.000	-
Dividendos intermediários / adicionais	410.808	2.050.000
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos (i)	3.672.424	3.286.426

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio. (i) Durante o ano de 2024, foram distribuídos os montantes de R\$1.450.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$2.050.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025, totalizando R\$ 3.500.000.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$2.210.000 de juros sobre capital próprio, sendo o valor de R\$ 1.720.000 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 490.000 com base na reserva de expansão, e propostos dividendos de R\$1.790.000, sendo o valor de R\$ 1.379.192 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 410.808 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2025, totalizando R\$ 4.000.000.

Os valores destinados até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/03/2024	22/04/2024	200.000
14/06/2024	23/07/2024	300.000
17/09/2024	23/10/2024	300.000
17/12/2024	23/01/2025	650.000
10/02/2025	22/04/2025 23/07/2025 23/10/2025	2.050.000
<b>Total 2024</b>		<b>3.500.000</b>
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
22/07/2025	21/10/2025	320.000
23/09/2025	21/01/2026	480.000
16/12/2025	Até 30/06/2026	420.000
16/12/2025	30/12/2025	1.790.000
<b>Total 2025</b>		<b>4.000.000</b>

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Ações	Data de outorga	Preço	Saldo de ações (principal)	Ações outorgadas (principal)	Volume Vestido	Variação Adicional	Subtotal	Pagas em Dinheiro durante o exercício			Ações canceladas (principal)	Saldo de ações (principal) no final do exercício	
								Performance	Dividendos	Transferidas			
<b>Identificação Outorga</b>	<b>(principal)</b>	<b>mento</b>	<b>Outorga</b>	<b>(principal)</b>	<b>de 2025</b>	<b>(principal)</b>	<b>Performance</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Transferidas</b>	<b>(principal)</b>	<b>canceladas</b>	<b>Saldo de ações</b>	
Plano 2024-2026													
Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R\$ 17,22	-	1.383.956	-	-	-	-	-	-	1.121.959	
Plano 2024-2026													
Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	(88.693)	(44.360)	(11.012)	(144.065)	-	(169.302)	884.346	
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	(303.469)	(265.491)	(77.121)	(646.081)	-	-	687.088	
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	(403.861)	(253.959)	(111.224)	(768.845)	(11.646)	(6.186)	(3.016)	(20.848)
<b>Total</b>	<b>2.666.668</b>			<b>1.383.956</b>		<b>(795.823)</b>	<b>(563.810)</b>	<b>(199.357)</b>	<b>(1.558.991)</b>	<b>(11.646)</b>	<b>(6.186)</b>	<b>(3.016)</b>	<b>(20.848)</b>

Preço médio ponderado do saldo de outorgas: **R\$ 16,41**

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Ações	Data de outorga	Preço	Saldo de ações (principal)	Ações outorgadas (principal)	Volume Vestido	Variação Adicional	Subtotal	Pagas em Dinheiro durante o exercício			Ações canceladas (principal)	Saldo de ações (principal) no final do exercício	
								Performance	Dividendos	Transferidas			
<b>Identificação Outorga</b>	<b>(principal)</b>	<b>mento</b>	<b>Outorga</b>	<b>(principal)</b>	<b>de 2023</b>	<b>(principal)</b>	<b>Performance</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Transferidas</b>	<b>(principal)</b>	<b>canceladas</b>	<b>Saldo de ações</b>	
Plano 2024-2026													
Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	-	1.226.859	-	-	-	-	-	(84.518)	1.142.341	
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.535.604	-	(306.450)	(273.140)	(31.351)	(610.941)	-	-	1.097.732	
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	(289.529)	(389.848)	(58.176)	(737.553)	(7.055)	(10.463)	(1.500)	(19.018)
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	(782.079)	(344.768)	(123.101)	(1.249.948)	(31.177)	(15.312)	(5.080)	(51.569)
<b>Total</b>	<b>7.447.174</b>			<b>3.128.848</b>		<b>1.226.859</b>	<b>(1.378.058)</b>	<b>(1.007.756)</b>	<b>(2.598.442)</b>	<b>(38.232)</b>	<b>(25.775)</b>	<b>(6.580)</b>	<b>(70.587)</b>

Preço médio ponderado do saldo de outorgas: **R\$ 15,16**

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 - 1º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 - 2º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 - 3º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 - 1º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 - 2º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 31.665 (R\$ 50.466 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou pagamentos aos participantes do programa de incentivo a longo prazo, em dinheiro, no montante de R\$ 14.667 (R\$ 28.112 em 31 de dezembro de 2024).

**Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa**  
Conforme descrito na nota 25.e, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa, que destinará aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia recomprado e transferido 1,6 milhões de ações para atendimento ao programa de Plano de Incentivo de Longo Prazo.

**27. Receita líquida**

**Recitas de serviços prestados**  
As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinado e destes serviços, encargos de roaming e recitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento. As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas de forma isolada, sem que sejam compensadas os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes. A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 128.570 (R\$ 218.690 em 31 de dezembro de 2024).

**28. Custos e despesas operacionais**

	2025	2024
<b>Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas</b>	<b>(12.266.584)</b>	<b>(5.959.682)</b>
Despesas gerais comercialização e administrativas	(1.734.484)	(1.960.750)
Despesas operacionais	(430.273)	(1.483.885)
Descontos concedidos	(3.390.770)	(731.883)
Descontos concedidos	(779.528)	(3.581.352)
Descontos concedidos	(441.753)	(7.077.687)
Descontos concedidos	(137.230)	(30.579)
Descontos concedidos	(11.916)	(1.047.661)
Descontos concedidos	(23.216)	(25.174)
Descontos concedidos	(414.162)	(468.254)
Descontos concedidos	(212.139)	(258.781)
Custo das mercadorias vendidas	(1.062.370)	-
Publicidade e propaganda	(688.991)	-
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(765.783)	-
Outros	(8.173)	(35.162)
<b>Total</b>	<b>(16.147.103)</b>	<b>(11.407.472)</b>

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integrar o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 32.392 (R\$ 26.176 em 31 de dezembro de 2024). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixa de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativos.

**29. Outras receitas (despesas), líquidas**

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Multas s/ serviços de telecomunicações	118.572	102.096
Receita na alienação de ativos	7.120	18.034
Outras receitas (i)	76.331	89.343
<b>Despesas</b>	<b>202.023</b>	<b>209.473</b>
FUST/FUNTELL (ii)	(161.510)	(162.487)
Impostos, taxas e contribuições	(14.113)	(18.110)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(203.407)	(241.248)
Despesa na alienação de ativos	(11.916)	(21.235)
Outras despesas	(23.216)	(25.174)
Outras despesas	(414.162)	(468.254)
Outras despesas	(212.139)	(258.781)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.062.370)	-
(i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 17), sendo R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2024).		
(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.		

**30. Receitas financeiras**

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.629.877</b>	<b>861.759</b>
Juros sobre aplicações financeiras	805.271	417.366
Juros de clientes	52.091	39.914
Juros swap (i)	286.489	244.865
Juros sobre arrendamento	14.556	28.428
Atualização monetária (ii)	370.891	108.821
Outros derivativos (iii)	-	19.587
Outras receitas	86.380	2.776
(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais. Em 2025, a TIM reverteu uma provisão contábil relacionada a ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano Infinity no montante de R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária, conforme mencionado na nota 23.a.2.		
(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.		

(iii) Em 2024, o efeito refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, as quais a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas contratuais. Tal parceria foi encerrada no primeiro trimestre de 2025, vide notas 12 e 36.

**31. Despesas financeiras**

	2025	2024
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3.350.234)</b>	<b>(2.817.346)</b>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(234.735)	(254.728)
Juros sobre passivos e taxas	(10.819)	(271.318)
Juros swap	(325.548)	(380.972)
Juros sobre o ativo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(1.617.383)	(1.432.764)
Atualização monetária (i)	(265.493)	(214.853)
Descontos concedidos	(57.522)	(44.864)
Outros derivativos (ii)	(165.780)	(192.491)
Outras despesas	(246.247)	(217.229)
(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 264.273 (R\$ 195.978 em 31 de dezembro de 2024); e		
(ii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.		

**32. Variação cambial, líquida**

	2025	2024
<b>Recaltes</b>		
Empréstimos e financiamentos (i)	10.820	-
Fornecedores	107.602	21.370
Swap (ii)	7.276	106.453
Contas a Receber	55.330	135.369
Ativo Financeiro	28.236	41.978
<b>Despesas</b>	<b>(207.264)</b>	<b>(305.190)</b>
Empréstimos e financiamentos (i)	(7.262)	(57.124)
Fornecedores	(73.615)	(85.447)
Swap (ii)	(10.819)	(49.310)
Contas a Receber	(118.107)	(36.081)
Ativo Financeiro (iii)	(61.125)	(5.865)
Outros	(270.928)	(233.827)
Outros	(63.664)	71.363

Variações cambiais, líquidas

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante total de R\$ 5.360.083 (R\$ 2.720.095, em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 3.649.773 (R\$ 1.841.695 em 31 de dezembro de 2024) aos acionistas controladores e R\$ 1.710.310 (R\$ 878.400 em 31 de dezembro de 2024) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2,24 (R\$ 1,12 em 31 de dezembro de 2024). O saldo total em 31 de dezembro de 2025 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R\$ 1.377.150 (R\$671.525 em 31 de dezembro de 2024) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$ 193.337 (R\$ 117.613 em 31 de dezembro de 2024) além do montante de R\$ 1.390.000 (R\$ 1.183.813 líquidos) de JSCP referentes a 2025 a serem pagos em 2026.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios. Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

**e. Ações em tesouraria**  
A Companhia mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração encerrou o programa anterior e aprovou um novo programa de recompra de ações de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O objetivo é de incrementar valor aos acionistas por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis em caixa e atender o Plano de Incentivos de Longo Prazo (LTI).

Desde a data da aprovação deste programa até 31 de dezembro de 2025 a Companhia recomprou 33.494 milhares de ações pelo valor



TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS  
B3 LISTED NM

TIMB  
LISTED ISE B3  
NYSE

(i) Os outros derivativos eram instrumentos de opções de subscrição de ações que representavam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do capital do C6, onde a Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que correspondia a R\$ 523 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em março de 2025, após a obtenção da aprovação da CIMM, foi aprovado o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação incluindo todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação (nota 36) detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, a participação societária e os bônus de subscrição tiveram sua baixa contábil integralmente realizada, com o registro de valores a receber (vide nota 6).

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

**Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:**

	2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.639.447	627.520	3.266.967
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.639.447	627.520	3.266.967
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	2.300.655	-	2.300.655
Outros ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

	2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Instrumentos financeiros derivativos	-	379.888	379.888
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	2.449.682	-	2.449.682
Outros ativos financeiros	212.394	338.275	550.669
Total do passivo	-	224.275	224.275
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	224.275	224.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	224.275	224.275

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP			Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.974	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	XP	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.

\* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.  
31 de dezembro de 2024

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP			Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR x DI	KFW/Finvera	Bank of America	33.031	33.031	100%	SOFR + 1,17826% a.a.
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	585.129	586.525	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.972.245	1.976.088	100%	IPCA + 4,0432% a.a.
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	395.592	396.743	100%	IPCA + 4,23% a.a.

\* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

**Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps**

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)	Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação da Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resul-tado do swap do Swap (B-A)	Variação Resulta-do Acumula-do do final (B-A)	C)
CDI	provável	2.624.576	- 2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	2.624.576	- 2.624.576	(2.338.633)	285.943	2.060	2.060
	remoto	2.624.576	- 2.624.576	(2.336.836)	287.740	3.857	3.857
IPCA	provável	2.624.576	- 2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	2.553.420	(71.156)	2.553.420	(2.340.693)	212.727	(71.156)
	remoto	2.486.228	(138.348)	2.486.228	(2.340.693)	145.535	(138.348)

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.  
(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	18,63%	4,26%
	Remoto	22,35%	4,26%
IPCA	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	14,90%	5,33%
	Remoto	14,90%	6,39%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.  
Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

**Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício**

	2025	2024
Resultado líquido em operações de derivativos	(42.513)	(78.984)
Resultado de operações com outros derivativos	(165.780)	19.587

**Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os Índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 36)	2.495.231	2.357.066
Arrendamentos - Passivo (Nota 17)	13.764.868	12.575.846
Arrendamentos - Ativo (Nota 17)	(234.246)	(240.387)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(3.610.324)	(3.258.743)
FIC (Nota 5)	(2.274.316)	(2.434.441)
Dívida Líquida	10.141.213	8.999.341
Outros derivativos (nota 36)	-	522.822
Financiamento Licença 5G	971.081	990.775
Dívida Líquida Ajustada	11.112.294	10.512.938
LAJIDA (EBITDA) (i) (últimos 12 meses)	13.421.719	12.532.722
Índice de alavancagem financeira	0,83	0,84
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	4.311.984	3.153.881
Membro	1.784.021	1.884.224
Resultado Financeiro Líquido	248.027	468.582
Imposto de renda e contribuição social	7.077.687	7.026.035
Depreciações e amortizações	13.421.719	12.532.722
LAJIDA (EBITDA) (i)		

(i) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.  
EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization (não é uma métrica contábil)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Nicandro Durante</b> Presidente
<b>Adrian Calaza</b> Membro
<b>Alberto Mario Griselli</b> Membro
<b>Alessandra Michellini</b> Membro
<b>Claudio Giovanni Ezio Ongaro</b> Membro
<b>Flavia Maria Bittencourt</b> Membro
<b>Gesner José de Oliveira Filho</b> Membro
<b>Denísio Augusto Liberato Delfino</b> Membro
<b>Leonardo de Carvalho Capdeville</b> Membro
<b>Gigliola Bonino</b> Membro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2025 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indicações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 10 de fevereiro de 2026, o Conselho

prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representaram transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificadas como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:  
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.  
• O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.  
Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

**Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia**

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.  
A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2025, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.  
Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

31 de dezembro de 2024	Ingressos	Cancelamentos/Encerrados (i)	Encargos financeiros	Variações cambiais, líquidas	Recebimentos / pagamentos principal (ii)	Pagamentos de juros	Empréstimos e financiamentos		Passivo de arrendamento		Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos	
							3.035.501 <th>12.575.846 <th>2.933.767 <th>(179.003) <th>240.493 <th>1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th></th></th></th></th></th>	12.575.846 <th>2.933.767 <th>(179.003) <th>240.493 <th>1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th></th></th></th></th>	2.933.767 <th>(179.003) <th>240.493 <th>1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th></th></th></th>	(179.003) <th>240.493 <th>1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th></th></th>	240.493 <th>1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th></th>	1.644.044 <th>(3.558) <th>(387.312) <th>(1.563.393) <th>7.275 </th></th></th></th>
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	-	-	(106.401)	(1.646.393)	2.778.723	13.764.868	-	-	(283.492)	(177.668)

31 de dezembro de 2023	Ingressos	Cancelamentos	Encargos financeiros	Variações cambiais, líquidas	Recebimentos / pagamentos principal (ii)	Pagamentos de juros	Empréstimos e financiamentos		Passivo de arrendamento		Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos	
							3.770.946 <th>12.256.775 <th>2.639.801 <th>(493.143) <th>261.094 <th>1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th></th></th></th></th></th>	12.256.775 <th>2.639.801 <th>(493.143) <th>261.094 <th>1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th></th></th></th></th>	2.639.801 <th>(493.143) <th>261.094 <th>1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th></th></th></th>	(493.143) <th>261.094 <th>1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th></th></th>	261.094 <th>1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th></th>	1.471.288 <th>57.125 <th>(1.413.497) <th>(1.838.667) <th>(13.255) </th></th></th></th>
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	-	-	(143.518)	(1.460.208)	3.035.501	12.575.846	-	-	(678.434)	(156.075)

(i) Quanto aos instrumentos derivativos, no ano de 2025 refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no exercício, vide nota 12.

(ii) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 37 milhões (R\$ 287 milhões, em 2024).

**► 37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego**

	2025	2024
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	3.461

**ICATU, SISTEL e VIVEST**

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provisionados do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Altimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

**PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular):** plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

**PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular):** plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**Plano TIMPREV (SUL e Nordeste):** plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**Convênio de Administração:** convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**PAMEC/Apólice de Ativos:** plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

**AES Telecom:** Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Altimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

**Plano Médico Fiber:** Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Altimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	Assisti-dos	Convênio	PAMEC/ de Admi-nistração	Apólice de Ativos	AES Telecom	AES	Plano Médico
Conciliação dos ativos e passivos	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)
Valor presente das obrigações atuariais	30.892	8.319	67	1.103	9.499	3.382	53.262	55.173
Valor justo dos ativos do plano	(49.062)	(15.291)	(254)	-	(11.133)	-	(75.740)	(81.658)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(18.170)	(6.972)	(187)	1.103	(1.634)	3.382	(22.478)	(26.485)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	11.772	4.930	31	-	1.634	-	18.367	18.359
Passivo (ativo) atuarial líquido	(6.398)	(2.042)	(156)	1.103	-	3.382	(4.111)	(8.126)

(i) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	Assisti-dos	Convênio	PAMEC/ de Admi-nistração	Apólice de Ativos	AES Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/24	(9.131)	(2.337)	(119)	1.080	-	2.381
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(824)	(255)	(13)	112	-	366
Contribuições da patrocinadora (Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	3.115	-	-	(99)	-	(2)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidas	442	550	(24)	10	-	637
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/25	(6.					



TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMB LISTED NYSE ISE B3

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária em 29 de julho de 2020, tendo como base a estrutura do comitê de auditoria de sua antiga controladora, TIM Participações S.A. ("TPART"). A TPART possuía um Comitê de Auditoria Estatutário desde sua criação, em 12 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no Brasil, a TPART foi incorporada pela TIM, sua subsidiária integral, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa e controles internos.

O CAE da TIM é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que adota as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado pelas normas vigentes. O Comitê é regido pela Resolução nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e por demais regulamentações aplicáveis.

1.1. Composição

O CAE é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, coincidindo com o mandato dos membros do Conselho. A reeleição é permitida, com um limite máximo de dez anos de mandato.

A função de membro do CAE é indelegável e deve ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos. Para o mandato 2025/2027, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE, todos classificados como independentes, conforme os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3:

Nome	Cargo
Gesner José de Oliveira Filho	Coordenador e Membro do Comitê especialista em contabilidade societária
Flávia Maria Bittencourt	Membro do Comitê
Nicandro Durante	Membro do Comitê

1.2. Atribuições e Responsabilidades

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE exerce a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOX"), essa responsabilidade decorre do fato de a Companhia ser registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC") e possuir *American Depositary Receipts* ("ADRs") listados na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2025, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2025

O CAE reuniu-se à sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

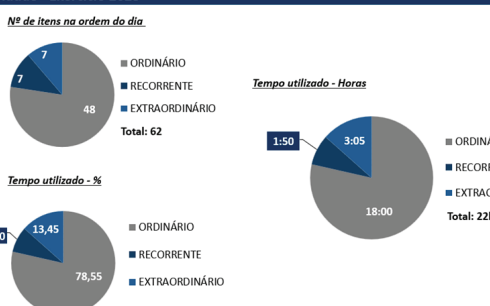
Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, 17 (dezessete) reuniões do CAE que contemplaram 62 (sessenta e dois) itens de Ordem do Dia (sessões).

As reuniões tiveram duração média de 1:27 (uma hora e vinte e sete minutos) cada e, durante as sessões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Risk & Compliance*, e os Auditores Independentes.

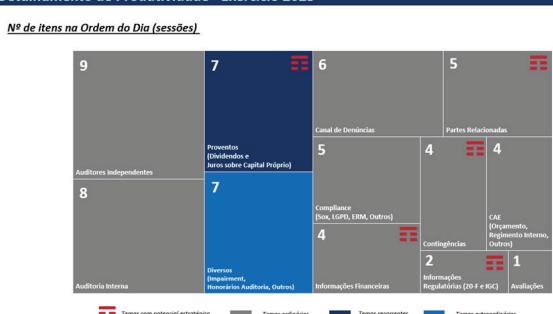
A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês. Os assuntos abordados ao longo da programação anual do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários (decorrentes da legislação, regulamentação aplicável e normativos internos); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).

Dentro da classificação organizacional apresentada, é importante destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em temas específicos, identificados como estratégicos para a avaliação dos membros do CAE, conforme detalhado a seguir:

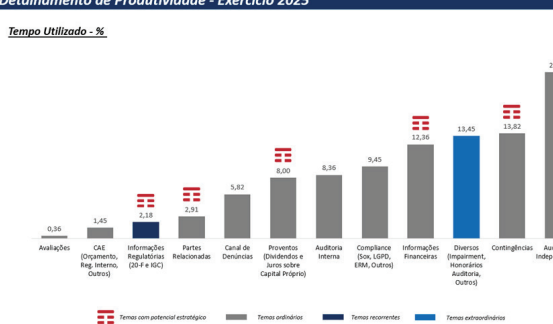
Produtividade - Exercício 2025



Detalhamento de Produtividade - Exercício 2025



Detalhamento de Produtividade - Exercício 2025



Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar que o CAE:

- Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 5 (cinco) contratações de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.
- O CAE acompanhou e supervisionou as atividades da área de *Risk & Compliance* da Companhia em 5 (cinco) sessões, com foco nos seguintes temas: (i) SOX *Compliance*, monitorando deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, com ênfase em *Cyber Security*; (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais, incluindo fraude e corrupção, assegurando a conformidade com leis e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção, o CAE acompanhou a manutenção da Certificação ISO 37001, concedida em 2020. Além disso, analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM"), com foco na atualização do plano de trabalho, revisão dos fatores de risco da Companhia, gestão dos riscos financeiros, apêndice de risco e adequação dos riscos no Formulário de Referência e no inventário SOX/CVM. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê que o CAE analise os exames realizados pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), órgão vinculado ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social.
- Supervisionou e analisou as informações financeiras da Companhia, em 4 (quatro) sessões durante o ano de 2025, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações trimestrais trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOX"). Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOX junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOX e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOX na Companhia.
- O CAE constatou ainda que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- Analisou o plano anual de trabalho dos Auditores Independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas em 9 (nove) sessões durante o ano de 2025. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRS"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRS, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.
- Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2025, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas.
- O CAE procurou diligentemente informar-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.
- Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macro indicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas, sempre procurando recomendar mecanismos que dotem a Companhia da necessária agilidade e resiliência para se adaptar a mudanças rápidas nos cenários macroeconômicos.
- No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) ética nos negócios; (v) inteligência artificial; (vi) diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) gestão de produtos eletrônicos; (viii) investimento em infraestrutura; e (ix) desenvolvimento de novas tecnologias.
- No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 6 (seis) sessões durante o ano de 2025, os relatórios referentes às denúncias recebidas no Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.
- Além das 17 (dezessete) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 5 (cinco) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente. Em cumprimento a esses protocolos e/ou requerimentos de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

No que diz respeito aos PAAs, o CAE buscou compreender o julgamento dos Auditores Independentes na determinação desses assuntos, além de avaliar a abordagem de auditoria utilizada como resposta aos PAAs identificados.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (Nota Explicativa 23 – "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC), os membros do CAE se reuniram formalmente 1 (uma) vez no mês de março de 2025.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a evolução e a posição da Companhia com relação aos critérios de governança previstos no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

4.3. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2025").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII, do Art. 27 da Resolução nº 80 da CVM, de 29 de março de 2022.

Por essa razão, recomendamos, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados, pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de fevereiro de 2026.

Gesner José de Oliveira Filho  
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

FLÁVIA MARIA BITENCOURT  
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

NICANDRO DURANTE  
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Fabiane Reschke (Diretora Jurídica) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI  
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores  
MARIO GIRASOLE  
Regulatory and Institutional Affairs Officer  
FABIANE RESCHKE  
Diretora Jurídica

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES  
Diretora Financeira  
VICENTE DE MORAES FERREIRA  
Diretor de Relações com Investidores  
MARIA ANTONIETTA RUSSO  
People, Culture & Organization Officer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Fabiane Reschke (Diretora Jurídica) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI  
Diretor Presidente  
MARIO GIRASOLE  
Regulatory and Institutional Affairs Officer  
FABIANE RESCHKE  
Diretora Jurídica

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES  
Diretora Financeira  
VICENTE DE MORAES FERREIRA  
Diretor de Relações com Investidores  
MARIA ANTONIETTA RUSSO  
People, Culture & Organization Officer

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Acos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
TIM S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, em 31 de dezembro de 2025, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 896 milhões, sendo o valor remanescente de R\$24.450 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todo os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S. S. Ltda.  
CRC-SP0151909/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci  
Contador - CRC - RJ 091370/O